

■ Com um pé atrás quanto ao prazo de entrega da obra da Talagueira, dados os sucessivos atrasos com sérios constrangimentos para a escola, Carlos Maia, director da Escola Superior de Saúde (ESALD), está confiante que a abertura do ano lectivo 2008/09 será no novo edifício do Campus. A falta de um corpo docente residente nas novas formações e o pagamento dos estágios curriculares são preocupações

Carlos Maia

“Espero começar o novo ano lectivo na Talagueira”

Leonor Veloso - JF

JORNAL DO FUNDÃO – Há muito que se arrastam as obras do Campus da Talagueira. Para quando se transfere definitivamente a Escola Superior de Saúde para as novas instalações?

CARLOS MAIA – Estou convencido que vamos começar nas novas instalações o ano lectivo 2008/09. A única coisa que posso dizer é que as datas de entrega da obra têm sido sucessivamente adiadas. A que nos foi apontada agora, depois da anterior não ter sido cumprida, é 31 de Março, mas mesmo que seja cumprida, e gostaria muito que isso acontecesse, já estamos muito apertados, porque temos de testar muitos equipamentos e as instalações, como enfermarias simuladas e salas práticas. Os concursos para a aquisição do equipamento já estão a decorrer. A entrega da obra começa a ser premente porque temos de testar tudo antes do início do ano lectivo.

A Escola Superior de Saúde, uma das mais antigas do Politécnico, cresceu muito nos últimos cinco anos. Qual o retrato actual da ESALD?

A escola lecciona cinco licenciaturas, algumas pós-graduações e também o curso de Complemento de Formação em Enfermagem, a iniciar-se o oitavo no próximo dia 14 de Janeiro, com 40 enfermeiros com o bacharel e que pretendem adquirir o grau de licenciado. A escola neste momento conta com 651 alunos. Cresceu muito nestes últimos anos em termos do número de alunos e de oferta formativa. Relembro que em 2001, tínhamos apenas o curso de enfermagem. A estrutura de apoio não acompanhou este crescimento, continuamos em instalações claramente insuficientes, além das más condições físicas, o pessoal administrativo também é insuficiente e começam a surgir algumas lacunas que são indissociáveis. Neste momento, é-nos impossível aumentar a oferta formativa, seria uma grande irresponsabilidade.

É possível em termos de corpo docente a escola aumentar a oferta formativa?

Existem projectos nesse sentido, mas não avançam por precaução, e todo este processo da transformação da Escola Superior de Saúde ensi-

“A estrutura de apoio não acompanhou este crescimento, continuamos em instalações claramente insuficientes, além das más condições físicas, o pessoal de estrutura de apoio em termos de serviços administrativos também é insuficiente e portanto, começam a surgir algumas lacunas que são indissociáveis”



JF/LEONOR VELOSO

PERFIL

Jovem director com pés assentes na terra

Docente na Escola Superior de Saúde desde 1993, Carlos Maia, de 44 anos, é um dos mais jovens directores do Instituto Politécnico de Castelo Branco. Há cinco anos que dirige os destinos da escola, sendo este o último ano do seu segundo mandato. Ponderado nas decisões e realista quando se trata de avançar com projectos, Carlos Maia sente alguma desilusão pelo facto dos sucessivos atrasos nas obras do

Campus da Talagueira terem originado sérios constrangimentos ao funcionamento da escola com os novos cursos. O envelhecimento populacional e os cuidados primários e continuados prestados à população são temas a que dedica especial atenção, estando a desenvolver a sua tese de doutoramento na área da Gerontologia Social, abordando o tema “Resiliência e Longevidade Positiva”.

nou-nos a ser mais prudentes. Interessa primeiro garantir algumas estruturas para depois avançar, porque tomámos decisões com base em promessas feitas que não foram cumpridas, mas os projectos já tinham iniciado, como as novas licenciaturas. Existem projectos que a seu tempo serão conhecidos, mas só avançam com a garantia das condições para que possam ser exequíveis. Uma prioridade grande é consolidar o corpo docente da ESALD nas áreas de formação mais recentes. Temos muitos colaboradores externos, mas precisamos de um corpo docente residente. Estamos a desenvolver processos de recrutamento de pessoal e sua qualificação é uma prioridade da escola.

Em relação às novas licenciaturas, alguma revelou-se estratégica para o desenvolvimento e necessidades da região?

Tivemos o cuidado de fazer um levantamento nacional das ofertas formativas nas escolas públicas e das saídas no mercado. Temos licenciaturas que não existem em mais nenhuma escola do Interior, apenas em Lisboa, Porto e Coimbra, e Fisioterapia em Setúbal e Radiologia em Faro. Essas foram as opções correctas. Mas sinceramente não esperava que passado este tempo de abertura das licenciaturas (Fisioterapia e Análises em 2001, a Cardiopneumologia e Cardiologia em 2004) ainda houvesse tanta carência em relação ao corpo docente. Sempre esperei que nesta fase estivesse mais consolidado.

Quer dizer que há falta de docentes para estas áreas?

Há falta de docentes residentes na escola. Nunca nenhuma disciplina deixou de ser leccionada e nenhum estágio deixou de ser realizado por falta de docentes ou de acompanhamento. É fundamental para a organização e estrutura da escola um corpo docente residente, a tempo inteiro e temos tido alguma dificuldade, porque em termos remuneratórios, a carreira docente não é muito aliciante e a sua actividade profissional é muito mais vantajosa. Mas a escola tem de encontrar solução, porque é fundamental para a qualidade de um curso a qualidade do seu corpo docente.

E têm sido as áreas com maior procura.



// Não esperava que passado este tempo de abertura das novas licenciaturas ainda houvesse tantas carências em relação ao corpo docente //

// Não se compreende que um aluno faça em 4 anos a sua licenciatura na área da Saúde, saia altamente qualificado com uma componente fortemente prática //

JF/LEONOR VEIOSO

É um facto que nos orgulha e não é pelas instalações que nos procuram, como costume ironizar, porque a ESALD não consegue oferecer condições de conforto e bem-estar às pessoas que nela estudam e trabalham. Com toda a modéstia posso afirmar que atingiu um patamar reconhecido a nível nacional, o que nos foi transmitido pelos alunos nos encontros nacionais de estudantes de enfermagem, quando somos avaliados pelas entidades externas e pelos responsáveis das instituições de Saúde, que continuam a preferir os nossos alunos. Gostaríamos de manter esse nível como Escola Superior de Saúde e há vários passos que estamos a dar nesse sentido. Orgulhamo-nos das taxas de procura que a escola tem, nalguns casos acima dos mil por cento.

Em relação às saídas profissionais dos alunos, a escola tem conseguido dar oportunidades aos alunos?

A escola tem garantido todos os estágios dos alunos no âmbito do plano curricular, através de protocolos com várias instituições de Saúde. Começa a colocar-se uma questão para a qual já alertei as entidades responsáveis, que é a exigência de contrapartidas financeiras para realizar os estágios nos hospitais públicos, o que merece uma intervenção dos Ministérios da Saúde e do Ensino Superior, ambos responsáveis pela formação dos diplomados. Não é aceitável que profissionais ao serviço das instituições de saúde exijam contrapartidas financeiras para orientar alunos, porque faz parte das suas funções e carreiras colaborar na formação graduada e pós-graduada dos alunos. Já alertámos para o problema e nada. Prevejo que dentro de pouco tempo possa ser um obstáculo à realização dos estágios. Neste momento, todas as escolas têm um despacho que proíbe qualquer contrapartida financeira, mas na prática alguns profissionais e até instituições continuam a exigir contrapartidas e levantam obstáculos que podem inviabilizar os estágios.

Estamos a falar de instituições de saúde públicas?

Sim. Tenho aqui cópias de protocolos que nos mandaram em que estipulam logo o preço que a escola deve pagar por cada estágio. Até ao momento ainda não aconteceu, mas começa a ser um problema cuja resolução não está nas nossas mãos. Há escolas que já estão a pagar e não são privadas. A questão essencial é regulamentar esta situação, se é efectivamente para pagar então que se estipule a forma e o modo de o fazer. É necessário um despacho onde



“Concordo que exista uma racionalização de recursos se os utentes não perderem direitos”

sejam clarificadas as relações entre as instituições a este nível para não defraudar as expectativas dos alunos. Constituirá um acréscimo para as despesas da escola, mas prioritário é clarificar essa matéria.

A carreira de enfermagem tem sido prejudicada pelos contratos precários criticados pelos sindicatos. Este problema torna a carreira menos aliciente?

Apesar de existir uma carência enorme de enfermeiros no nosso país e os nossos rácios não estarem ao nível do que é desejável, de facto não é muito aliciente para quem termina uma licenciatura ficar em casa ou conseguir um contrato precário ou trabalhar numa outra área. Mas temos de ser pragmáticos. Até há pouco tempo, as pessoas concluíam uma formação e conseguiam um emprego para o resto da vida, mas

“Prevejo que dentro de muito pouco tempo isso possa ser um obstáculo à realização dos estágios. Neste momento, todas as escolas têm um despacho que proíbe qualquer contrapartida financeira, mas na prática alguns profissionais e instituições continuam a exigir essa contrapartida”

isso não é mais possível. As instituições de ensino superior têm de preparar o aluno para a empregabilidade, para além das competências científicas e técnicas. Devem permitir a aquisição de competências culturais, sociais e intelectuais para uma mais fácil inserção no mercado de trabalho que poderá ou não estar relacionado com a sua área de formação. Existem previsões de que um diplomado passará durante a sua vida por mais de 22 profissões diferentes.

Mas as instituições de Saúde Públicas não têm capacidade de absorver mais diplomados, quando há carência de profissionais de saúde?

É um paradoxo difícil de entender. Como é que há tanta carência de profissionais de saúde e são recrutados médicos e enfermeiros a outros países, como Espanha, e de-

pois os nossos diplomados têm de enfrentar o desemprego ou os contratos precários. É algo que não se compreende e penso que o Ministério da Saúde terá de explicar quais os objectivos para a Saúde dos portugueses. Assistimos ao encerramento de serviços, pessoas a manifestarem-se porque não têm acesso a cuidados de Saúde condignos, as distâncias aos serviços são enormes e, no entanto, o senhor ministro diz que nenhum português está a 60 minutos de distância, o que em algumas situações pode ser uma imensidão de tempo. Percebo que o país está em contenção, mas há contrastos incompreensíveis.

Mas em certas áreas como a saúde, não é fundamental a especialização?

Claro. Não se compreende que um aluno faça em quatro anos a sua licenciatura na área da Saúde, saia altamente qualificado com uma componente fortemente prática, faça estágios em contexto profissional e depois o Estado que investiu também nesses alunos não aproveita o investimento feito, quando não têm inserção no mercado de trabalho ou vão para uma área diferente. Depois é a desmotivação dos profissionais, é a qualidade do Serviço Nacional de Saúde que não aumenta. Há que clarificar os objectivos do Serviço Nacional de Saúde.

A criação do Centro Hospitalar é uma decisão que tem sido adiada e que prejudica, a seu ver, a Saúde no distrito?

Sou por princípio favorável a todas as formas de racionalização dos recursos, porque é frequentemente transmitido aos cidadãos a ideia que existem elevadas taxas de desperdício nos sectores públicos e na Saúde. A racionalização permite que sejam prestados melhores serviços à população e melhores cuidados de Saúde. A nossa visão não pode ser apenas economicista. Concordo que exista uma racionalização de recursos se os utentes não perderem direitos e não tenho a certeza que isto esteja a acontecer com a actuação deste ministro da Saúde.

E em relação ao Centro Hospitalar?

É fundamental, e penso que todos os conselhos de administração estão sensibilizados para isso: existir um entendimento. Não podemos ter uma Neurocirurgia em Castelo Branco e na Covilhã para garantir desta forma a sua qualidade e excelência. Importa é que essas valências diferenciadas, que existem só nos hospitais centrais, possam vir para as regiões do Interior do país.